

# **DIREITO CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO**

## **ESTUDO DE CASOS**

### **I – PRINCÍPIO DA LEGALIDADE**

1. O Poder Executivo Federal instituiu, através de medida provisória, um imposto da sua competência residual. Em face do regramento constitucional sobre a matéria, apresente resposta ao seguintes quesitos:

a) É possível, em tese, considerando o princípio da legalidade e os requisitos de urgência e relevância do ato normativo acima mencionado, a instituição de tributos através de medidas provisórias?

b) O caso específico acima narrado atende aos pressupostos da legalidade tributária? Justifique.

2. O Município de Alto Santo, através de Decreto Municipal, instituiu Declaração de Serviços a ser prestada mensalmente, até o dia 10 (dez) de cada mês, pelos prestadores de serviços locais tributados pelo ISSQN, estipulando multa de R\$ 100,00 (cem reais) pelo descumprimento da obrigação acessória, em caso de não prestação ou prestação intempestiva das informações. Em vista do princípio da legalidade estrita, o Decreto Municipal atende os pressupostos constitucionais e legais? Justifique.

3. O Município de Fortaleza corrigiu a Planta de Valores do IPTU da cidade aplicando o índice da taxa SELIC anual média verificada no exercício anterior, mediante índice divulgado pelo Banco Central. Essa correção conforta o princípio da legalidade tributária estrita? Justifique.

### **II – PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE**

1. Determinado contribuinte do ICMS ingressou no Judiciário insurgindo-se contra autos de infração que aplicou multa por atraso no recolhimento daquele Imposto. Alega o contribuinte que a alteração do prazo de recolhimento do dia 20 para o dia 10 de cada mês é duplamente inconstitucional, primeiro por ter sido instituída através de Decreto Estadual, vulnerando o princípio da legalidade. Segundo, porque o ato normativo, editado em 20/8/2013, somente deve ter eficácia, se legal, no exercício seguinte, em face do princípio da anterioridade. Comente os argumentos do autor da ação judicial, sob o aspecto da sua procedência ou não.

2. A alíquota do ITR – Imposto Territorial Rural, foi elevada através de Medida Provisória publicada em setembro de 2006 e convertida em lei em janeiro de 2007. Quando o imposto majorado poderá ser exigido? Justifique.

### **IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS**

1. O Município de Icó autuou igreja evangélica cobrando IPTUs em atraso sobre um imóvel de sua propriedade alugado a terceiros e utilizado como estabelecimento comercial. A igreja, em sede de processo administrativo contencioso alegou a exclusão constitucional tributária dos templos religiosos. Proceda a alegação? Justifique.